

**HABEAS CORPUS Nº 535.350 - SP (2019/0286409-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUIZ HENRIQUE GONCALVES MAZZINI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ELIZABETH DE SOUZA GIMENEZ - MS016853  
LUIZ HENRIQUE GONÇALVES MAZZINI - MS017070  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALINE DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ALINE DE SOUZA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta nos autos que, em 5/6/2019, foi decretada, pelo Juízo de primeiro grau, a prisão temporária da paciente, pelo prazo de 30 dias, em face da suposta prática do crime previsto nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ, fls. 22-27).

Em 25/7/2019, a prisão temporária foi prorrogada (e-STJ, fls. 28-32).

Impetrado *habeas corpus* contra a prisão temporária, o Tribunal *a quo*, em 2/9/2019, denegou a ordem (e-STJ, fls. 44-47).

Todavia, no dia 23/08/2019, antes do julgamento do referido *habeas corpus*, a a prisão temporária da paciente foi convertida em prisão preventiva (e-STJ, fls. 36-43), não sendo considerado tal fato no julgamento do *writ*.

No presente *writ*, a defesa alega, em suma, que "Inegável que houve modificação da realidade processual que interfere diretamente na decisão proferida pelas autoridades coadoras, porquanto, se num primeiro momento havia impossibilidade de concessão da ordem por não se tratar de prisão preventiva, no atual momento não há óbice para aplicação do entendimento exarado pela Suprema Corte no HC nº 143.641/SP, vez que houve a conversão da prisão temporária em preventiva" (e-STJ, fl. 7)

Aduz que "tendo ocorrido a existência de fato superveniente ao pedido de *habeas corpus*, ou seja, a conversão da prisão temporária em preventiva e, observando que os fundamentos da decisão de conversão da prisão são os mesmos que ensejaram a prorrogação da prisão temporária, não há que se falar em supressão de instância a impetração do presente *writ* constitucional, em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, bem como ao princípio da dignidade da pessoa humana." (e-STJ, fl. 8)

Argumenta que "*In casu*, inexistem os pressupostos que ensejam a decretação da prisão temporária da requerente, muito menos a sua prorrogação ou conversão em prisão preventiva, pois que não há motivos fortes que demonstrem que, estando em liberdade, constitua ameaça ou prejudique as investigações do inquérito policial. Ou seja, inexistente o *periculum libertatis*." (e-STJ, fl. 8)

Sustenta que "Em relação à possibilidade de coação de testemunhas e comunicação com os investigados para organizar as informações a serem prestadas também não é motivo para a manutenção da segregação, porquanto observa-se dos autos que os mandados de prisão expedidos foram devidamente cumpridos e todos os investigados já

prestaram os interrogatórios, não havendo a possibilidade de comunicação entre eles. Ainda, ressalte-se que não há outras testemunhas além dos investigados, assim, não há como coagi-los, uma vez que estão encarcerados." (e-STJ, fl. 10)

Aponta que "a investigada não possui antecedentes criminais e ainda possui residência fixa. Tais fatos vão de encontro à imprescindibilidade de sua prisão." (e-STJ, fl. 12)

Assevera, ainda, que, no caso, é possível a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, tendo em vista que a paciente é genitora de uma criança com 9 anos de idade.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de uma das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 89-90).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo não conhecimento da impetração (e-STJ, fls. 112-118).

**É o relatório.**

Decido.

O acórdão impugnado encontra-se fundamentado nos seguintes termos:

"A Paciente teve a prisão temporária decretada no dia 05 de junho de 2019 em razão da suspeita de integrar grupo que se dedica ao narcotráfico. Até onde se sabe, ela auxiliava o líder da organização, Thiago, no comércio ilícito, sendo pessoa próxima dele. Numa oportunidade, teria sido apontada por Thiago como a pessoa para quem deveria ser repassada quantia em dinheiro decorrente de venda de entorpecente. O mandado de prisão foi cumprido no dia 17/7/2019. A temporária foi prorrogada por decisão de 25 de julho de 2019.

Pois bem.

O pedido não comporta deferimento, pois a prisão temporária não é passível de substituição por prisão domiciliar, da qual somente se cogita na hipótese de prisão preventiva (CPP, art. 318), em que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu a ordem no Habeas Corpus nº 143.641/SP, não havendo ressalva para abarcar a mulher recolhida em razão de prisão temporária. O Superior Tribunal de Justiça, apreciando caso parelho, assim decidiu:

"(...) Doutro viés, tem-se que a substituição da prisão domiciliar para as mulheres com filhos menores de 12 anos é prevista tão somente para a prisão preventiva, conforme disposto no artigo 318 do CPP, não se estendendo à prisão temporária, espécie diversa e específica de prisão cautelar" (...). Inviável, portanto, a pretendida substituição da segregação temporária pela domiciliar, porquanto inexistente previsão legal, sendo cabível a medida apenas quando se tratar de decreto de prisão preventiva (...), em HC 485.960, Rel. Min. Nefi Cordeiro, por decisão monocrática datada de 01/2/2019.

Anoto que a prisão temporária é espécie do gênero prisão provisória, e está disciplinada na Lei de nº 7.960/89, tendo por escopo a segregação cautelar para viabilizar investigações criminais, possuindo prazo de duração. É cabível exclusivamente na fase inquisitiva e sua

decretação requer a presença de requisitos específicos estampados no artigo 1º.

No caso em exame soltura da Paciente poderia comprometer a eficiência da operação policial, em especial no que pertine à colheita da prova, considerando, repise-se, que ela é apontada como pessoa de confiança do líder do grupo e que estaria encarregada, de certa forma, de receber valores decorrentes da venda de entorpecentes. Assim, presentes as hipóteses autorizadoras desta modalidade de prisão (art. 1º, incisos I e III, alínea “n”, da Lei nº 7.960/89).

Ante o exposto, pelo meu voto denega-se a ordem." (e-STJ, fls. 45-47)

Conforme se verifica, diante da superveniente conversão da prisão temporária em preventiva, adveio aos autos novo título prisional, o qual não foi impugnado pela defesa, tampouco analisado pelas instâncias de origem.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

"[...] APONTADA ILEGALIDADE DA PRISÃO TEMPORÁRIA DO PACIENTE. SUPERVENIÊNCIA DE DECRETO DE SEGREGAÇÃO PREVENTIVA. NOVO TÍTULO QUE DÁ EMBASAMENTO À CUSTÓDIA. PERDA DO OBJETO. PREJUDICIALIDADE DO WRIT.

1. O pedido de revogação da prisão temporária do paciente encontra-se prejudicado, pois, consoante as informações prestadas pelo Juízo de origem, foi decretada a custódia preventiva dos acusados, estando-se, portanto, diante de novo título prisional, o qual não foi impugnado pela defesa, tampouco analisado pelas instâncias de origem.

2. Habeas corpus não conhecido".

(HC 222.963/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 23/08/2013).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. [...] PRISÃO TEMPORÁRIA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE DESNECESSIDADE. DE MANUTENÇÃO DO CÁRCERE. POSTERIOR DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO.

1. Tendo sido decretada a prisão preventiva do Paciente, resta esvaziado o objeto do presente writ, tendo em vista que a prisão cautelar decorre agora de outro título.

2. Writ prejudicado.

(HC 42.922/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2005, DJ 07/11/2005, p. 320).

Assim, os fundamentos declinados pelo Juízo de origem para converter a prisão temporária em preventiva não foram examinados pelo Tribunal de origem, no julgamento do *writ* originário. Dessa forma, sua apreciação direta por esta Corte Superior fica inevitavelmente obstada, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

# Superior Tribunal de Justiça

Ilustrativamente, esse é o entendimento das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte de Justiça:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. IMPUGNAÇÃO EM FACE DE INDEFERIMENTO DE LIMINAR. DECISÃO FUNDAMENTADA. NÃO CABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1. O pleito de liminar, em habeas corpus, deve ser deferido apenas em hipóteses excepcionalíssimas de flagrante violação ou ameaça ao direito de locomoção do indivíduo, mediante demonstração da plausibilidade jurídica do direito tido como violado e do perigo da demora na prestação jurisdicional invocada, requisitos que não se verificam, de plano, no caso dos autos, pois consta no acórdão recorrido, que julgou prejudicado o habeas corpus, que a prisão temporária foi convertida em preventiva, e não se encontra nos autos este último decreto, o que impossibilita a análise de legalidade da prisão.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe recurso contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no RHC 87.466/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 13/09/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO TEMPORÁRIA. POSTERIOR DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NOVO TÍTULO INDEPENDENTE DO PRIMEIRO.

1. Mostra-se despicienda a discussão em torno da prisão temporária, na medida em que, com a decretação da prisão preventiva, a custódia cautelar passa a se sustentar sob outro título, o qual, como se sabe, não guarda nenhum vínculo de dependência com o primeiro.

2. Recurso Ordinário em Habeas Corpus desprovido."

(RHC 23.845/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2008, DJe 13/10/2008)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator